



Comunicação e Infância: o direito à expressão tematizado nos quadros do programa TV Piá¹

Nut Pereira de Miranda²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

O presente artigo busca entender como o direito à expressão garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está tematizado no TV Piá, programa produzido pela TV Brasil, emissora pública pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a partir da análise dos quadros da atração. A criança, em posse do microfone, é apresentada como agente de comunicação ao relatar seu cotidiano, brincadeiras, opiniões e visões de mundo. A partir da recorrência à Hermenêutica de Profundidade e do suporte oferecido pelos conceitos etnometodológicos da Análise da Conversação, a análise dos programas revelou que à extensa diversidade infantil brasileira é garantido o direito à liberdade de expressão e opinião.

Palavras-chave: Direitos; expressão; infância; TV Piá; TV Brasil.

Introdução - O TV Piá e a representação da diversidade infantil brasileira

A proposta do TV Piá apresenta-se inovadora e ousada: reunir meninos e meninas de diferentes regiões brasileiras na condução de um programa televisivo. Munidos de microfone, eles entrevistam, pesquisam e visitam diferentes lugares com o objetivo de discutir assuntos do cotidiano das crianças e mostrar ao mundo um pouco da extensa diversidade infantil brasileira³. Roteirizado e dirigido pela jornalista Diléa Frate⁴, o TV Piá foi um dos programas exibidos na grade dominical da TV Brasil, pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a partir de 2010⁵. Após corte de verbas, a produção do programa foi interrompida. Em seguida, o canal passou a exibir

¹ Trabalho apresentado no DT 05 – Rádio, TV e Internet do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

² Jornalista e Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (GRIM). E-mail: nutpereira@gmail.com

³ Segundo o dicionário *Michaelis*, “piá” tem origem na língua indígena tupi-guarani e significa, nos estados do centro-sul brasileiros, “menino”, “guri”. Disponível em http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/pia%20_1020916.html Acesso em 16/05/15.

⁴ A figura do adulto ocupa, a seu modo, um papel primordial na execução do programa – mesmo não sendo o protagonista da ação, lugar ocupado apenas por meninas e meninos - por meio da produção e direção dos conteúdos apresentados. Não foi possível, neste estudo, a investigação referente à participação da criança no processo de produção desses conteúdos.

⁵ Neste artigo, apresento parte dos resultados da monografia que apresentei como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2013. O trabalho teve orientação da Profa. Dra. Inês Sílvia Vitorino Sampaio (inesvict@gmail.com). Durante a pesquisa, o programa estava em fase de reprise na grade de programação da TV Brasil.



reprises das três temporadas da atração. Atualmente, o programa está disponível apenas no Youtube ([youtube.com/user/tevepia](https://www.youtube.com/user/tevepia))⁶.

O livro *Qualidade na Programação Infantil da TV Brasil*⁷ afirma que “um ponto interessante a ser ressaltado em relação ao programa é a capacidade que a iniciativa tem de levar a criança a sério” (Cavalcante; Sampaio, 2012, p. 218). Tal consideração é facilmente percebida pela forma como meninas e meninos aparecem na ação. Seus erros, enganos, opiniões e anseios são exibidos de uma maneira respeitosa, de modo que a criança aparece numa condição espontânea, sem roteiros decorados, sem a necessidade de um cenário pré-montado ou um figurino produzido previamente.

A atração inovou ao apresentar a criança como condutora da ação e se destacou, durante o período em que fez parte da programação infantil da TV brasileira, por transformar meninas e meninos em agentes de comunicação⁸ munidos de microfones. Curiosas como qualquer ser humano ainda nos primeiros anos de vida, os piás falam de suas brincadeiras, famílias, opiniões e entrevistavam outras crianças e adultos. A atração tem, como assunto principal, o mundo da criança. O “olho no olho” do piá repórter com o piá do outro lado da tela é também uma forma da criança se ver representada num programa em seu aspecto mais natural, uma vez que a atração, durante o período de produção, explorou o potencial opinativo da criança, deixando que ela, ao seu jeito, falasse de si e do mundo que a rodeava.

Neste artigo, pretendo situar o TV Piá dentro de um contexto de produção comunicativa, situando-o na composição da TV Brasil e ressaltando a tarefa da emissora em produzir conteúdos de qualidade para crianças. À frente, entenderemos como a lei brasileira garante o direito à expressão de meninas e meninos, para só então tratarmos dos aspectos metodológicos da pesquisa e dos resultados provenientes da análise dos quadros da atração.

A TV Brasil e a tarefa de formatar uma televisão de qualidade para meninas e meninos

⁶ Informações disponíveis no perfil do programa no Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/programa.tvpia>. Acesso em 16/05/15.

⁷ Sob coordenação de Inês Sampaio e Andrea Cavalcante, coordenadora e vice-coordenadora, respectivamente, do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (GRIM), vinculado ao Instituto de Cultura e Arte (ICA) da UFC, o livro teve colaboração do autor deste artigo e de Andrea Acioly, Camila Torres, Samaisa Henrique e Sarah Coelho.

⁸ A utilização do conceito de “agente de comunicação” leva em consideração a criança que assume um lugar onde ela, ao empunhar um microfone e falar suas opiniões, desejos, visões de mundo e também ao assumir diferentes papéis ao longo da atração (como repórter, condutora de brincadeiras e diferentes atividades) toma posse do direito à expressão garantido por lei.



A televisão assume um importante papel no processo de desenvolvimento infantil junto dos membros da família e da escola. Como público, meninas e meninos reagem às mensagens veiculadas, nem sempre favoráveis e complementares ao desenvolvimento pleno tão almejado pela família da criança. Com uma vasta programação, a televisão exhibe, diariamente, publicidade, cenas de violência e outros conteúdos inadequados.

Diante do exposto, as emissoras de TV tem a missão de analisar com cautela as atrações destinadas ao público infantil, de modo que este tenha acesso a conteúdos de qualidade, que integrem noções indispensáveis ao seu processo de amadurecimento. Nesse contexto, a TV Brasil, no papel de emissora pública de televisão pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pelos serviços de radiodifusão públicos, tem a missão de assumir uma postura contrária à programação comumente encontrada nas TVs comerciais. Esta ideia dialoga com a visão de Otondo (2005, p.248) sobre o tema. Segundo a autora, a TV pública é diferente pelo fato de identificar carências, particularidades e necessidades da audiência, ao contrário das TVs comerciais, que, necessitadas das verbas provenientes de receitas publicitárias, pautam a sua programação de acordo com as exigências de mercado: “La TV pública [...] no pauta su programación por índices de audiência. Su fuerza está em la suma de los segmentos atendidos a lo largo del día, de la semana [...] puede darse el lujo de tener programas de calidad aunque sean vistos por poca gente”.

A lei de criação da EBC enfatiza o caráter complementar que deve ter a programação da empresa. Como órgão de radiodifusão público, os produtos de comunicação da EBC, incluindo a TV Brasil, devem integrar à programação convencional uma pluralidade de programas que visem o crescimento intelectual, humano e cidadão de quem os assiste. Eis algumas características presentes no Art. 2º da Lei nº 11.652 de Criação da EBC e que respondem satisfatoriamente à necessidade do público por conteúdos instrutivos:

I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal; II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual (BRASIL, 2008).



O conceito de “público” possui um estreito vínculo à ideia de busca por uma programação de qualidade. Esta seria uma bandeira a ser perseguida e que tem íntima relação, também, com uma tentativa de preencher as lacunas deixadas pelas TVs comerciais. Na Academia, não há um consenso e nem uma definição absoluta do que é a qualidade numa atração televisiva. Porém, temos a possibilidade de observar algumas características que estariam em conformidade com a noção do que seria tal princípio. Machado (2000) nos lista importantes contribuições feitas por Geoff Mulgan sobre diferentes sentidos que fariam parte da noção de qualidade televisiva, dentre eles:

a capacidade de detectar as demandas da audiência (análise de recepção) ou as demandas da sociedade (análise de conjuntura) e transformá-las em produto, [...] gerar mobilização, participação, comoção nacional em torno de grandes temas de interesse coletivo [...]. Outros, pelo contrário, podem encontrar mais qualidade em programas e fluxos televisuais que valorizem as diferenças, as individualidades, as minorias, os excluídos, em vez de a integração nacional e o estímulo ao consumo. (MACHADO, 2000, pp. 24-25).

No que tange à programação infantil da TV Brasil, podemos afirmar que tais preceitos estão devidamente contemplados. O estudo coordenado por Cavalcante e Sampaio (2012), ao analisar os programas infantis exibidos pela emissora no período entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, concluiu que a programação infantil do canal dialoga satisfatoriamente com os princípios e objetivos da emissora no que se refere ao desenvolvimento de uma consciência crítica do cidadão, mediante uma programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania⁹. Ainda segundo a pesquisa, os programas condensam princípios básicos do que vem a ser considerado um programa de qualidade, como:

diversidade, inovação/criatividade, pertinência/coerência, promoção do desenvolvimento integral da criança, proposição de modelos de conduta construtivos, sintonia com o mundo de experiência da criança, entre outros. Apresentam conteúdos fundamentais para a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, evidenciando a possibilidade concreta de tratar com equilíbrio formação e diversão (CAVALCANTE; SAMPAIO, 2012, p. 332)¹⁰.

⁹ Como consta na Lei 11.652 de 2008, de criação da EBC.

¹⁰ Apesar do exposto, a pesquisa também encontrou "lacunas" e também aprimoramentos que poderiam ser implementados com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais a programação apresentada pela TV Brasil. Como exemplos, dentre outros, citamos aqui a possibilidade de incluir mais programas infantis oriundos da América Latina, haja vista a grande maioria veiculada ser oriunda da Europa; a importância em exibir conteúdos que resgatem a história e tradições culturais brasileiras, bem como elementos que fazem parte dessa construção; a inclusão de mais atrações com apresentadores humanos, com vistas a favorecer - e fortalecer - a identificação do público com a emissora.



Ciente da importância do programa em questão para a composição da teia de produção audiovisual destinada à infância brasileira, evidencio, no próximo tópico, como a lei brasileira garante a meninos e meninas brasileiros uma característica, como vimos, basilar na formatação do TV Piá: o direito à expressão.

O direito à expressão da criança na lei brasileira

Ao investir na produção de um programa que retratou a diversidade infantil do nosso país, a TV Brasil fortificou o direito à expressão de crianças presente na lei brasileira. Tomando como ponto de partida a proteção integral como base de ação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) explicita, no artigo 3º, que todas as crianças e adolescentes “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, de modo que “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” estão asseguradas (BRASIL, 1990).

Sobre o direito à expressão, presente no artigo 16º, inciso II, a lei versa: “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] II - opinião e expressão” (BRASIL, 1990). Verifica-se que não há uma delimitação clara sobre a necessidade dos meios de comunicação reservarem um espaço em que a voz da criança esteja contemplada e assegurada. Porém, como deixa claro Almeida Filho (2008), num artigo publicado em comemoração aos 18 anos do ECA, “os vínculos entre a aplicação do ECA e a Comunicação também podem ser apreendidos a partir de uma leitura derivada do que está explicitado no Estatuto”, não sendo necessária uma delimitação estrita para perceber que a Comunicação tem papel fundamental na garantia da liberdade de expressão da criança e que as emissoras de TV e outras mídias devem oferecer um espaço para que a criança fale de si mesma.

A esse respeito, Buckingham (2007, p. 285) contribui com a conceituação do que seria uma televisão de qualidade para meninas e meninos. O pesquisador nos lembra um importante ponto da *Carta da Televisão para as Crianças*¹¹, onde se lê que “as crianças devem ouvir, ver e *expressar a si mesmas*¹², sua cultura, sua linguagem e sua experiência de vida”.

¹¹ A carta foi apresentada por Anna Home, diretora de programas infantis da BBC, na I Conferência Mundial sobre Televisão e Crianças, realizada em 1995, em Melbourne, Austrália.

¹² Itálico do autor.



Com o intuito de entender a aproximação que existe entre o direito à expressão garantido por lei e o TV Piá, elucidado, a seguir, uma proposta metodológica seguida de análise dos quadros da atração em questão.

Metodologia – A Hermenêutica de Profundidade e a Análise da Conversação de viés etnometodológico como aportes de um processo investigativo

A busca por entender como o direito à expressão estaria representado num programa televisivo em que as crianças alcançam o status de “agentes de comunicação” nos fez optar pela análise qualitativa como metodologia de investigação. A Hermenêutica de Profundidade (HP), metodologia de pesquisa proposta por Thompson (1990), apresenta-se como a mais adequada para responder aos questionamentos apresentados nesta pesquisa. Os escritos de Thompson pretendem dar conta das transformações das “formas simbólicas”, ou seja, “expressões linguísticas, gestos, ações, obras de arte” (p.9) e outros tantos tipos de manifestação do ser humano que merecem uma “interpretação” para serem compreendidas.

Por serem os objetos que circulam na sociedade construções simbólicas complexas, de estrutura articulada, (THOMPSON, 1990), o autor afirma ser necessária uma fase de aplicação da HP intitulada “análise formal ou discursiva” dado que as formas simbólicas “são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo” (THOMPSON, 1990, p. 369). O autor destaca diferentes tipos de pesquisa (semiótica, da conversação, sintática, narrativa e argumentativa) como possibilidades variadas de explorarmos a pergunta que desejamos responder. Dentre as opções elencadas pelo estudioso, escolhemos a Análise da Conversação (AC) para responder aos questionamentos feitos até aqui.

O autor afirma que

o princípio metodológico-chave da análise da conversação é estudar instâncias da interação linguística nas situações concretas em que elas ocorrem; e prestando-se cuidadosa atenção às maneiras como elas estão organizadas, realçar algumas das características sistemáticas, ou “estruturais”, da interação linguística” (THOMPSON, 1990, p. 372)

As características da interação linguística viriam a partir do ordenamento aplicado rotineiramente graças às regras de conversação. Para Thompson, a análise da conversação estaria ligada, portanto, à etnometodologia de Garfinkel, interessada nas



“propriedades ordenadoras e nas realizações contínuas das práticas sociais e quotidianas” (idem) ¹³.

Segundo Coulon (1995), a etnometodologia é uma corrente sociológica norte-americana nascida nos anos 1960 que rompe radicalmente com a sociologia tradicional por assumir uma postura intelectual onde a ampliação do pensamento social está mais associada à compreensão do que à explicação. Conforme o estudioso, a etnometodologia possui alguns conceitos-chave. O primeiro deles é a “prática, realização”, que vem a ser o estudo de atividades e raciocínios práticos, corriqueiros, do dia a dia. “Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada uma atividade prática” (COULON, 1995, p. 30). Neste caso, as conversas/diálogos apresentados no TV PIÁ representam tais atividades práticas citadas pelo autor, visto que a criança, a partir da linguagem, passa a exercer, por meio da conversa, uma atividade rotineira, de descoberta do mundo que a rodeia.

Coulon (1995) também aponta como comum, nos estudos etnometodológicos, a ocorrência da “indiciabilidade”. Partindo do princípio de que a vida social se constitui a partir da linguagem de todos os dias, e não a dos gramáticos, o autor afirma que podemos “definir como indiciabilidade todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação” (*Id*, p. 33). Ele nos explica que a “indiciabilidade” é um termo técnico originário da linguística, que considera as palavras como detentoras de significados múltiplos, a depender das situações em que são utilizadas e das “características indicativas” (*Ibid*), o que nos exige ir além da informação que nos é dada. Além do caráter indicial que algumas expressões venham a ter nas situações a serem analisadas no TV Piá, os aspectos “visual” e “situacional” também servirão de aporte para entendermos a forma como a liberdade de expressão da criança é contemplada.

Coulon (1995) aponta, como terceiro fator recorrente em pesquisas etnometodológicas, a “reflexividade”. Este conceito integra as práticas que descrevem e constituem o quadro social. A reflexividade propõe, portanto, “que as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos

¹³ Outro aporte da pesquisa em conversação busca, por meio da transcrição de diálogos, evidenciar aspectos verbais e entonacionais das conversas, com vistas, também, a elaborar processos interpretativos voltados à linguística (ver MARCUSCHI, 1998). Optei pela análise de conversação de viés etnometodológico por entender que, a partir desta, conseguirei explorar melhor os recursos não só circunscritos ao plano verbal, mas também ao aspecto visual das cenas e situações apresentadas no TV Piá.



os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritíveis” (GARFINKEL, *apud* COULON, 1995, p. 42).

A propriedade reflexiva é contínua, de modo que nossos atos são problematizados a partir dos sinais produzidos pelo meio externo e pelo conhecimento advindo de experiências passadas e em nós armazenadas. Segundo Guesser (2003, p. 161), “essa reflexividade de sinais produzidas pelos autores é que dá origem às ações sociais, e é esse o produto social que deve ser analisado pelos sociólogos”.

A reflexividade pode estar presente no TV Piá a partir das ações desenvolvidas pelas crianças apresentadas na ação. Suas visões de mundo, opiniões e diferentes modos de expressão seriam resultados de uma reflexividade desenvolvida por elas, cabendo a nós, pesquisadores, investigá-las, interpretá-las. A “accountability”, outro conceito elucidado por Coulon (1995), vem a ser o processo de relatabilidade, a “descrição” dos processos reflexivos. Daí a íntima relação entre este conceito e seu anterior, a “reflexividade”. Porém, não podemos afirmar que a “accountability” seja uma mera descrição das ações dos atores sociais. Ela se concretiza indo além.

A propriedade dessas descrições não é a de descrever o mundo, mas de lhes mostrar sem cessar a constituição. É o sentido que se deve dar, em todos os estudos etnometodológicos, à expressão, tão repetitiva e tão misteriosa, de *account*: Se eu descrevo uma cena da minha vida cotidiana, não o faço enquanto ela me “diria” o mundo que minha descrição pode interessar a um etnometodólogo, mas enquanto essa descrição, em se realizando, “fabrica” o mundo, o constrói. Tornar o mundo visível significa tornar a minha ação compreensível, descrevendo-a, pois eu mostro o seu sentido pela revelação a outrem dos processos pelos quais eu relato (COULON, 1995, p. 46)

Assim, a “accountability” é uma descrição que nos revela os processos de constante construção do mundo e da realidade em sua mais pura essência. Este é um conceito essencial para interpretar os discursos das crianças apresentadas no TV Piá, principalmente no que for referente aos posicionamentos delas, haja vista que uma opinião não se forma à toa, mas sim a partir de processos, circunstâncias e vivências.

No próximo tópico, elucidaremos alguns indícios da forma simbólica “fala” percebidos na análise do TV Piá como forma de investigar, com a ajuda dos conceitos etnometodológicos e referentes à interpretação delineada por Thompson, se a liberdade de expressão de meninos e meninas está assegurada no TV Piá a partir da forma como os quadros da atração estão dispostos.



A análise dos quadros do programa: os piás em ação

Para este estudo, foram analisados episódios de cada uma das três temporadas do TV Piá (episódios 1 e 20 da primeira temporada; episódio 2 da segunda temporada e episódios 1 e 36 da terceira temporada)¹⁴. Neste artigo, nos deteremos na análise dos quadros da atração. Nosso intuito é descobrir se a proposta desses quadros e os conteúdos apresentados favorecem que a criança tome posse do direito à expressão. Portanto, busquei identificar se eles permitem expressar a extensa diversidade infantil brasileira (com suas diferenças de sexo, idade, cor da pele, estatura e classe social) favorecendo a expressão por meio dos seus costumes (brincadeiras, sotaques, tradições, modos de vida).

O conceito de liberdade de expressão e opinião da criança que norteia a análise se pauta na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que, em seu artigo 19º, ratifica que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”¹⁵.

Num mesmo episódio do TV Piá, somos apresentados a diferentes crianças de distintos sotaques, tamanhos, idades e aparências. Uma rápida análise dos quadros da atração é capaz de nos revelar que os mesmos colaboram em traduzir e contemplar a extensa diversidade característica da infância, seja étnica, social ou regional. Isso vem a ser notado a partir da proposta da atração, que busca reunir meninas e meninos de diferentes idades e regiões de distintos contextos de vida a cada novo episódio. Não faz parte do propósito do TV Piá, por exemplo, apresentar um único contexto de vivência infantil num único episódio.

Ao contrário, no que tange ao aspecto territorial tematizado na ação, a análise dos episódios nos revela que os quadros do TV Piá conseguem expandir o seu olhar muito além do eixo Rio-São Paulo (onde está concentrado grande parte das equipes de produção de programas destinados ao público infanto-juvenil), conseguindo captar, por consequência, interessantes diferenças entre as tradições, sotaques e brincadeiras regionais brasileiras, numa clara tentativa de contemplação da diversidade infantil do nosso país¹⁶.

¹⁴ O acesso aos episódios se deu por meio do canal mantido pela atração no Youtube <<http://www.youtube.com/user/tevepia>> e no site do TV Piá <<http://www.tvpia.com.br>>, campo de ricas informações que subsidiaram a construção de boa parte deste estudo.

¹⁵ Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>, acesso em 26/05/15.

¹⁶ A pluralidade regional alcançada pelo TV Piá também foi destacada como positiva na pesquisa coordenada por Cavalcante e Sampaio (2012), apesar de o mesmo estudo concluir que, durante outubro de



Tomemos como exemplo os quadros “Piáventura” e “Perfil”. O menino Kinan é o protagonista do “Piáventura” exibido no episódio 1 da terceira temporada. O menino costuma escalar altas árvores junto do pai, instrutor de escalada. Neste episódio, a criança nos relata a impressionante aventura de escalar a “samaúma”, uma árvore da floresta amazônica de 30 metros de altura. Já o quadro “Perfil”, no episódio 2 da segunda temporada, nos apresenta Raimundo, 10, que nos relata as atividades exercidas por ele como “coroinha” de uma igreja de tradição católica situada na cidade de Nova Olinda, interior do Ceará.

O alcance geográfico desses dois quadros do TV Piá nos oferece interessantes indícios sobre o respeito à diversidade infantil brasileira. Nos dois exemplos, são apresentadas situações características das infâncias desses dois lugares (Norte e Nordeste), como a convivência harmoniosa com a natureza e as tradições religiosas ainda remanescentes em pequenas cidades do sertão brasileiro, que podem vir a ser novidade, por exemplo, para uma criança que mora no Sul, Sudeste ou Centro-Oeste do país.

O menino Kinan, que brinca nas árvores, encontra na natureza, onde mora, o lugar ideal para vivenciar a sua infância e as aventuras permitidas pelo espaço. Ao chegar no topo da árvore, ele, devidamente aparatado com os equipamentos de segurança, contempla o fim de tarde ao deitar numa rede armada no topo da árvore e relata, com naturalidade, o costume de dormir a quase 20 metros de distância do chão. Já Raimundo, com sotaque carregado pelo modo de falar nordestino, versa a respeito da atividade exercida por ele na Igreja Católica com muito gosto, orgulhoso do ofício exercido na comunidade.

A busca por histórias de diferentes crianças em pontos distintos do país pode ser traduzida como uma chance de revelar essa diversidade infantil, de mostrar ao mundo como vivem e quais atividades compõem a rotina de vida delas. Por meio da atração, acreditamos que crianças de distintos lugares brasileiros possam tanto ter um espaço para partilharem suas próprias vivências, como o público infantil do programa pode expandir os olhares que possuem sobre outras crianças que se encontram em diferentes regiões do país. Por meio desses quadros, as crianças dessas regiões veem seus modos de vida e tradições representados, o que tende a fortalecer a autoestima delas,

2010 e janeiro de 2011(período da amostra de programas analisada), o princípio da regionalização de conteúdos pretendido pela emissora não teve êxito haja vista a maioria dos programas apresentados serem oriundos da região sudeste do Brasil.



configurando um estímulo importante para que se sintam mais à vontade para exercer o direito à expressão.

A análise dos quadros revelou, também, que o programa objetiva mostrar à criança a diversidade infantil que existe logo ali, perto de onde ela habita. Um exemplo claro disso se dá no episódio 1 da primeira temporada. No quadro “Atravessando Mundos”, Carolina, 10, e José, 11, residentes do bairro Jardim Botânico, fazem uma visita à favela do Vidigal, na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Lá, conhecem outras crianças de idades aproximadas às suas e concluem, ao final da visita, que a imagem que tinham da vida no morro em muito se distanciava da realidade vivida no referido bairro do subúrbio carioca: "O morro do Vidigal não é como todas as pessoas pensam que é. Muita violência, muito movimento, pessoas encarando... Não! É uma... Várias pessoas super gente boa, e uma coisa que eu me surpreendi muito lá, é que o modo de vida deles não é tão diferente do nosso. Eles fazem teatro, fazem capoeira, eh... Soltam pipa, têm computador, têm *Play Station 2*, têm vídeo-game, é como se fosse uma vida parecida como a nossa, só que muda o lugar. E eu acho que, mudando o lugar, as pessoas discriminam mais. [...] Eles têm mais área livre, que é o que uma criança precisa. E fazem muito mais amigos, com certeza", analisa Carolina¹⁷.

Esse tipo de constatação, quando exibida, colabora, também, com a queda de preconceitos sobre a parte da população que vive em áreas de vulnerabilidade social. A brincadeira entre os meninos do bairro de classe média com os meninos que habitam o bairro de periferia, sem dúvida, evidencia a existência de uma diversidade infantil associada a parâmetros socioeconômicos, e não apenas ao fator regional.

Acerca do potencial de promover a diversidade infantil, ficou constatado que os quadros permitem a crianças de diferentes sexos, idades, estaturas e pesos expressarem-se de forma aberta e plural, seja na figura de repórter ou na de entrevistado. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, no episódio 2 da segunda temporada, no quadro “Piá Repórter”. Teresa, 8, brincante do carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro - RJ, entrevista, na mesma matéria, Pedro, 3, e Helena, 8. A diferença de idade e de sexo é devidamente representada, garantindo uma multiplicidade discursiva das crianças nessa e em outras tantas ocasiões, como aqui já relatado.

Além do aspecto referente à diversidade infantil apresentado no “Piá Repórter”, ressaltamos, aqui, o êxito alcançado pelo quadro ao reservar à criança um espaço de

¹⁷ Todos os diálogos e falas aqui reproduzidos seguem a organização dada pelos seus enunciadores, ou seja, foram transcritos *ipsis litteris*.



expressão dos seus conhecimentos¹⁸ e opinião dela sobre o assunto. Em todos os episódios analisados, esse quadro apresenta a criança num contexto em que ela, ao assumir o posto de agente de comunicação, reporta ao público informações sobre conhecimentos gerais, como é o caso de Melissa, 9, que da cidade de Ouro Preto - MG revela ao público as curiosidades do Museu da Independência. Durante todo o passeio, exibido no episódio 20 da primeira temporada, ela não só mostra objetos relacionados ao período de intensas lutas pela instituição da república no país, como também expressa sua opinião acerca do que vê, diferenciando-se, assim, do modelo de repórter comumente visto em noticiários televisivos, que tentam distanciar-se da subjetividade discursiva.

O direito à expressão de uma infância que tem como característica a diversidade foi percebido até mesmo naqueles quadros que, *a priori*, não tinham como objetivo principal pautar esse direito. No quadro “Cuca Piá” exibido no programa 36 da terceira temporada, a menina Sumaya, 10, de São Paulo – SP, ajuda a mãe a cozinhar um prato característico da religião praticada pela família dela. A descendência árabe, muito antes de ser notada pelo nome da garotinha, é facilmente percebida pelas vestes usadas por ela. Um lenço de espessura grossa cobria o cabelo da menina, indicando ao público a ligação dela com a religião muçulmana. Além de verificar a existência de diferentes religiões com direito à expressão no programa, a criança que assiste ao TV Piá percebe, a partir do exemplo de Sumaya, que a diferença de crenças não faz do outro um ser estranho ou alheio à vida em comum, que todos podem ter suas vivências respeitadas pelo grupo.

Os quadros do TV Piá também prezam por mostrar uma infância que ainda brinca em grupo e fabrica os próprios brinquedos, ao contrário da imagem usualmente associada à criança do século XXI, que tende a aparecer conectada aos meios eletrônicos e isolada da convivência com seus semelhantes, retratação comum do imaginário contemporâneo.

O quadro “Brincadeiras” é bastante revelador nesse sentido. Nele, crianças de diferentes regiões brasileiras ensinam jogos em grupo que podem (ou não) utilizar sucata. No episódio 1 da primeira temporada, crianças da Cia. Bola de Meia, de São José dos Campos, interior paulista, ensinam a brincar de “Pega-Bola”. Munidos de um objeto confeccionado a partir da metade de uma garrafa pet, um brincante arremessa

¹⁸ A expressão de conhecimentos verificada no TV Piá vai além dos saberes relacionados às áreas científicas. Outros saberes, como piadas, por exemplo, são contemplados em quadros como o “Fala Piada”, em que meninas e meninos contam anedotas ou “adivinhas” ao público.



uma bola feita a partir de meias a outra criança que deve pegar a bola com a ajuda do mesmo objeto, e assim por diante.

Após ensinar como se brinca, um dos meninos do grupo, Marlon, revela sua opinião a respeito da diferença entre as brincadeiras em grupo e aquelas utilizando meios eletrônicos: "No computador, a gente se avança na tecnologia, nas brincadeira, você se solta, você fica com seus amigos, você se sente assim mais alegre. No computador você fica lá fechado. Ele é bom, pra você se comunicar, mas, na brincadeira, você pode brincar, você pode se sujar tudo, no computador você fica lá assim reservado, só na sua casa", completa.

As diferentes brincadeiras apresentadas no quadro, além de refletirem a riqueza das tradições populares, representam a oportunidade que tem, a criança que assiste ao programa, de conhecer novas formas de brincar, muitas vezes, a partir de utensílios que ela já possui em casa, como é o caso da brincadeira da "Forca", que utiliza apenas papel e caneta, apresentada por Carolina, 12, e Eduardo, 8, do Rio de Janeiro – RJ, no episódio 2 da segunda temporada.

Em outros casos, brinquedos tradicionais são apresentados como boas opções de passatempo ao público, como ocorre no episódio 20 da primeira temporada. Quem nos ensina a respeito é Josenildo, 11, que de Trancoso – BA mostra o passo a passo da brincadeira do "Pião", desde o momento em que se enrola o barbante na pequena estrutura de madeira, até a hora em que o objeto é jogado ao chão e começa a rodopiar.

Nesse caso e em todos os outros episódios analisados, a criança aparece no quadro "Brincadeiras" como o grande "guia" do jogo apresentado. Ela, melhor que ninguém, entende sobre o passatempo e detalha as regras da ação. À vontade, ela ensina um "passo a passo" ao público demonstrando propriedade sobre o assunto e conhecimento de causa, expressando-se sobre um mundo intimamente relacionado com a sua vivência cotidiana.

Esses dois últimos quadros aqui analisados, "Brincadeiras" e "Cuca Piá", possuem, em comum, a proposta de ensinar à criança de casa algo que outras meninas e meninos de diferentes locais do Brasil comumente fazem. Juntos ao "Como se Faz", esses três quadros podem ser caracterizados como inovadores no tocante à proposta de apresentarem a criança como detentora de um conhecimento a ser compartilhado com os demais.

Analisemos, como exemplo, o quadro "Como se Faz" exibido nos programas 1 e 36 da terceira temporada, que apresenta, respectivamente, crianças do Rio de Janeiro –



RJ customizando camisetas a partir da técnica “estamparia” e outras crianças da mesma cidade ensinando a fazer uma horta em casa.

Entender que algo pode ser aprendido com essas crianças, independente da região que habitam ou da situação em que são apresentadas, é também levá-las a sério. Nesses três quadros, “Brincadeiras”, “Cuca Piá” e “Como se Faz”, a criança, em posse do microfone, expressa técnicas e conhecimentos dela, afirmando, assim, o potencial que possui também para ensinar e partilhar conteúdos. Neste ponto, acreditamos que o TV Piá inova não só ao garantir a liberdade de expressão da criança, como também ao apresentar meninas e meninos no comando de atividades lúdicas, papel geralmente ocupado por adultos em boa parte dos programas que permearam a história da programação infantil brasileira.

Considerações Finais

A importância adquirida pela TV no processo de desenvolvimento infantil exige dos produtores de comunicação a promoção de uma programação televisiva de qualidade para crianças e adolescentes. Neste cenário, a TV Brasil, emissora pública pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) se destaca. Quando comparada à grade apresentada pela TV comercial, a emissora pública não apresenta publicidade e se diferencia por valorizar a exibição de conteúdos construtivos e plurais, que colaboram com o desenvolvimento crítico do público.

Dentre os programas exibidos, o TV Piá se destaca por reservar à criança um espaço em que ela, como agente de comunicação, ocupa um lugar que durante muito tempo foi protagonizado apenas por adultos. A seriedade com que são tratados seus posicionamentos revela um avanço não só no tipo de programação destinado a esse público como também um avanço no espaço reservado à criança na teia social da qual faz parte.

De um modo geral, a maneira como estão estruturados os quadros do TV Piá nos permite dizer que a criança toma posse de um espaço de expressão da sua opinião e dos seus posicionamentos, em conformidade com os princípios de liberdade de expressão e de opinião resguardados tanto pela Declaração Universal dos Direitos do Homem quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pelo exposto, podemos afirmar que meninas e meninos brasileiros estão devidamente representados, haja vista que nas mais diferentes situações tematizadas em cada quadro, são ouvidas crianças de diferentes etnias, classes, estaturas, crenças e idades.



Ademais, é lamentável que um programa rico em conteúdos pedagógicos e de qualidade como o TV Piá não possua mais verba para a sua produção. A falta de incentivos para a continuação de um programa como esse em muito desestimula a criação de programas infantis inovadores por parte dos produtores de comunicação. Tal corte de verbas vai na contramão dos princípios da lei de criação da EBC, que versam a respeito do fomento à produção de conteúdos educativos, artísticos e culturais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de. **As Dimensões da Comunicação na Implementação do ECA**. 2008, disponível em < <http://www.redeandibrasil.org.br/eca/artigos/as-dimensoes-da-comunicacao-na-implementacao-do-eca>>. Acessado em 1º de maio de 2011.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 26/05/15.

BRASIL. LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm>. Acesso em 26/05/15.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. Edições Loyola, São Paulo: 2007.

CAVALCANTE, Andréa Pinheiro Paiva; SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. **Qualidade na Programação Infantil da TV Brasil**. Florianópolis: Insular. 2012.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

GUESSER, Adalto H. **A Etnometodologia e a Análise da Conversa e da Fala**. In: **Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 1, agosto-dezembro/2003. P. 149-168. Disponível em < www.emtese.ufsc.br >.

MACHADO, Arlindo. 2000. *A Televisão Levada a Sério*. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1998.

OTONDO, Teresa M. **TV Cultura: la diferencia que importa**. In: RINCÓN, Omar. **Televisión Pública: del consumidor al ciudadano**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Brasília: Editora Vozes, 1990.